



Anais da Assembléia

Nº 055

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª

LEGISLATURA

ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1997

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº 078/97, do Senhor Arlindo Porto, Ministro da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio celebrado com a Associação Brasileira de Milho e Sorgo, no valor de R\$ 50.000,00, para organizar e realizar o XXI Congresso Nacional de Milho e Sorgo, visando promover o intercâmbio científico e tecnológico em produção, armazenamento, comercialização e industrialização de milho e sorgo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 077/97, do Senhor Arlindo Porto, Ministro da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio celebrado com a Sociedade Rural de Maringá, no valor de R\$ 200.000,00, para criar condições para que as associações agropecuárias possam desenvolver novas tecnologias no que se refere a inseminação artificial e transferência de embriões, oferecendo cursos técnicos, objetivando o melhoramento genético do rebanho. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 335/97, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório Anual de Atividades do Tribunal, do exercício de 1996. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 082/97, do Senhor Jaime Lerner, Governador do

Estado, encaminhando Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1996, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 119/97, do Senhor Abel José Baietel, Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial, encaminhando Prestação de Contas do Departamento, do exercício de 1996. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 733/97, do Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Luiz Accorsi, que pede esclarecimento sobre "Concurso Público nas Áreas de Supervisão Escolar e Orientação Educacional". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 145/97, do Senhor Rafael Greca de Macedo, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimento sobre "Recursos Repassados ao Município de Pontal do Paraná". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 154/97, do Senhor Norton José Siqueira Silva, Secretário de Estado da Fazenda, substituto, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Toti Colaço, que pede esclarecimentos sobre "Recursos do PRONAF". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 146/97, do Senhor Norton José Siqueira Silva, Secretário de Estado da Fazenda, substituto, em resposta ao Pedido

de Informações, requerido pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "Recursos passados ao Município de Pontal do Paraná". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 469/97, do Senhor Matheos Chomatas, Ouvido Geral da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Quantos e quais estabelecimentos de saúde são registrados pela SESA e possuem licença sanitária". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 239/97, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que pede esclarecimentos sobre "Cargos comissionados na Secretaria de Segurança". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob os nºs CTL/SEEG/048, 049, 050, 051, 052 e 053/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

519/96: De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradias de Porto Seguro, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 11.703. **Anote-se. Arquite-se.**

202/96: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, o Centro Regional de Esporte e Turismo, o Centro Regional de Esporte e Lazer, nos

Municípios de Umuarama, Apucarana e Bandeirantes, o qual convertido em lei tomou o nº 11.704. **Anote-se. Arquivo-se.**

469/96: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Banda Municipal de Tibagi, com sede e foro no Município de Tibagi, o qual convertido em lei tomou o nº 11.705. **Anote-se. Arquivo-se.**

363/96: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Léo Fernando da Silva Ditzel, o qual convertido em lei tomou o nº 11.706. **Anote-se. Arquivo-se.**

504/96: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Presidente Afonso Camargo, Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Loanda, o qual convertido em lei tomou o nº 11.707. **Anote-se. Arquivo-se.**

511/96: De autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza a doação da Pá Carregadeira Michigan 55C, articulada, série 4247 E / 16BRC - motor a diesel, ano de fabricação de 1986, à Prefeitura de Palmeira, o qual convertido em lei tomou o nº 11.708. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o nº 498/97, do Senhor Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Orlando Pessuti, que pede esclarecimentos sobre "Recursos dispendidos na aquisição de medicamentos que compõem a cesta básica". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

OFÍCIO 281/97

Curitiba, 14.04.97

Senhor Presidente.

Solicito vossa especial atenção no sentido de que sejam liberadas as dependências do Plenário desta Casa Legislativa, a fim de se realizar a cerimônia de entrega do título de Cidadão Honorário ao Senhor João José Bigarella, no dia 05.06, às 17:00 horas.

Certo de vossa colaboração, renovo os meus respeitos

Atenciosamente

(a) CEZAR SILVESTRI

OFÍCIO Nº 098/97

Curitiba, 22.04.97

Senhor Presidente.

Com o presente, COMUNICO a Vossa Excelência e demais Pares desta Casa que, após aprovação em Plenário, irei me ausentar do País, no período de 30 de abril a 08 de Maio do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América para tratar de assuntos de ordem cultural e administrativa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Emenda:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo Único - Fica acrescentado ao art. 185 da Constituição Estadual o seguinte # 2º, renumerando-se o já existente:

"Art. 185 - ...

1º - ...

2º - As despesas com inativos e pensionistas não se incluem nas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, prevista no 'caput' deste artigo."

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoio: Carlos Simões, Orlando Pessuti, Horácio Rodrigues, Toti Colaço, Péricles Mello, Emerson Nerone, Edson Silva

Lino, Luiz Claudio Romanelli,
Eduardo Trevisan, Cezar
Silvestri, Antonio Annibelli,
Beto Richa, Sérgio Spada,
Ricardo Chab, Neivo Beraldin,
José Tavares, Albanor Gomes,
Walmor Trentini.

JUSTIFICATIVA:

Ao determinar a aplicação de um percentual mínimo da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o Poder Constituinte entendeu que aquele percentual era necessário para garantir o cumprimento dessa função específica do Estado. A vinculação não é feita para a educação geral, mas para uma atividade precisa, definida, textualmente como: manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ora, o ensino se dá uma relação dinâmica entre docente e discente para a produção de aprendizagens. É, portanto, uma ação em que alguém é responsável pela transmissão de conhecimentos para alguém que deseja ou deve aprendê-los. Só acontece ensino quando o onde existe a inter-relação professor-aluno. O ensino é uma atividade, não uma inatividade.

Se os mínimos de 18% e 255 da receita resultante de impostos, incluídas as transferências, devem ser aplicados, para manter e desenvolver o ensino, conclui-se que os valores correspondentes àqueles percentuais têm que ser usados na produção de aprendizagens, na inter-relação professor-aluno.

Ao se aposentarem, os professores deixam a atividade escolar. Cessam as suas obrigações de transmitir conhecimentos a alunos. Portanto, já não realizam ensino, quer dizer, já não mantêm nem desenvolvem o ensino. O pagamento de seus proventos, conseqüentemente, não deve estar

incluído na função específica da manutenção e desenvolvimento do ensino, definida pelo "caput" do art. 185 da Constituição Estadual. Outros recursos deverão ser empregados para pagar os proventos de aposentadoria daqueles que se retiram da relação pedagógica professor-aluno, da produção de aprendizagens.

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 790**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja marcada uma Sessão Extraordinária no dia 28 de abril, conforme Requerimento nº 624, deste Deputado, aprovado em 08 de abril, para exposição do Programa da Pesquisa do Algodão, pelos técnicos do IAPAR e SEAB.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a supressão na Ata dos Trabalhos, da moção de repúdio, aprovada por esta Casa de Leis, no dia 14 de abril do corrente, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, ao Projeto de Lei em tramitação na Câmara Federal, de autoria da Deputada Marta Suplicy, que assegura à pessoas do mesmo sexo, o reconhecimento de sua parceira civil registrada, visando a proteção dos seus direitos constitucionais, julgando a referida moção de repúdio contrária aos princípios libertários que regem este Parlamento, e por faltar base regimental nos artigos 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135 e 136, e seus parágrafos e incisos.

Nestes termos, pede deferimento, com base no artigo 129, Parágrafo Único, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Angelo Vanhoni

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação tem por finalidade, requerer a supressão dos termos da moção de repúdio de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, ao projeto de lei em tramitação na Câmara Federal, de autoria da Deputada Marta Suplicy, que tem como objetivo reconhecer e assegurar um legítimo direito da cidadania, dignidade e respeito aos direitos humanos de milhares de pessoas que, por sua orientação sexual, não podem ter seus direitos negados. "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". (Constituição Federal, artigo 5º).

Os principais pontos do projeto são:

QUE O PROJETO PROPÕE:

Direito à herança. Sucessão. Benefícios previdenciários. Seguro saúde conjunto. Declaração conjunta do imposto de renda. Direito à nacionalidade no caso de estrangeiros que tenham como parceiro cidadão ou cidadão brasileiro. Renda conjunta para compra de imóvel.

QUE O PROJETO NÃO PROPÕE:

Dar status de casamento ao Contrato de Parceria Civil Registrada. Usar sobrenome do outro. Mudar o estado civil durante a vigência do Contrato. Constituir família. Adoção, tutela ou guarda de crianças ou adolescentes em conjunto, mesmo que sejam filhos de um dos parceiros.

COMO VAI FUNCIONAR:

Pessoas do mesmo sexo solteiras, viúvas ou divorciadas registram um Contrato de Parceria Civil em Cartório. O Contrato deve tratar sobre patrimônio, deveres, impedimentos e obrigações mútuas. O Contrato se desfaz por desistência das partes, por morte de um dos contratantes ou mediante decretação judicial. O Contrato não pode ser assinado com mais de uma pessoa simultaneamente e os contratantes não podem casar durante a vigência do mesmo.

Fonte de informações: gabinete da Deputada Marta Suplicy.

REQUERIMENTO Nº 759

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de pesar, pelo passamento da Senhora Clélia Nilsa Voigt, de São Mateus do Sul, ocorrido no último dia 20; e que seja enviado comunicado aos seus familiares.

Nestes termos, pede deferimento, conforme o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 762

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de pesar, pelo passamento do Senhor Luyr Isfer, de Curitiba, genitor de nosso ilustre companheiro, Deputado e Secretário Municipal de Curitiba, Senhor Marcos Valente Isfer, ocorrido no dia 18 de abril de 1997; e que seja enviado cópia ao Excelentíssimo Secretário.

Nestes termos, pede deferimento, conforme o artigo 132

do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Luyr Isfer, ocorrido no último dia 17 de abril corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada ao Doutor Marcos Valente Isfer, Prefeitura Municipal de Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Henrique Pelletier, ocorrido no último dia 20 de abril corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Doutora Olinda Pelletier, à Av. Edgar Stelfeld, 362, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Hélio Mathias,

Prefeito do Município de Arapuã - Paraná, ocorrido no último dia 17 de abril corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a viúva, Senhora Helena Mathias, Caixa Postal 200, Arapuã - Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família de Angelina Cezarino Valério, falecida no dia 19 de abril do corrente ano, no Município de Maringá - PR.

Peço dar ciência ao Senhor Antonio Valério, na Rua Pioneiro Marcelino Leonardo, 51 - Jardim Monte Carlos - Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente.

A Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Padre Frei Messias Vicente Rodrigues, pelos 25 anos (Jubileu de Prata) de vida presbiterial.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada para o endereço: Av. General Carlos Cavalcanti, 361 - Caixa Postal 645 - CEP 84001-970 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de congratulações a Faculdade de Direito de Curitiba, pela comemoração de seus 47 anos de atividades, formando jovens profissionais da área de Direito, e que o mesmo seja entregue ao Diretor daquela respeitada instituição de ensino, o ilustre Senhor Professor Francisco Accioly Neto.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente para a Rua Emiliano Pernetá, 268 - Centro - Curitiba - Paraná, CEP 80010-050.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de congratulações ao Jornal "Hora H", pela comemoração do seu primeiro aniversário, comemorado no dia 15 de abril do corrente, representado pela pessoa da ilustríssimo Senhor Cícero do Amaral Cattani, e que o presente seja enviado à sede daquele veículo, que conquistou com êxito seu espaço no mercado editorialista curitibano.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 763

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, envio de voto de louvor ao Tenente Coronel QOPM Iranil dos Santos, pela posse junto ao Comando da Academia Militar do Guatupé, a ser realizada no próximo dia 23 de abril do corrente, e que o presente seja enviado para a Academia Policial do Guatupé (BR-277, Km 72, Bairro Guatupé, São José dos Pinhais - PR).

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao jornal "Gazeta do Povo", pelo lançamento do novo caderno semanal, chamado de "Jornal dos Bairros", que traz informações importantíssimas sobre a situação real dos bairros da Capital paranaense.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações ao Doutor Leônicio Vieira Rezende Neto, ex-Presidente da TELEPAR, pelos relevantes trabalhos frente essa empresa.

Peço dar ciência ao Doutor Leônicio Vieira Rezende Neto, na TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, sito a Rua Manoel

Ribas, 115 - Mercês, Curitiba - PR
- CEP 80510-900.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Estando a frente dessa conceituada empresa, Doutor Leôncio demonstrou grande capacidade, além da busca permanente de melhoria nos serviços prestados pela TELEPAR.

No ano de 1996, a TELEPAR realizou algumas reestruturações internas, levando em conta a aproximação das pessoas, de forma global, antecipando com excelência soluções e serviços.

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações ao Senhor Álvaro Dias, eleito Presidente da TELEPAR.

Peço dar ciência ao Senhor Álvaro Dias, na TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, sito a Rua Manoel Ribas, 115 - Mercês, Curitiba - PR - CEP 80510-900.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão em Ata de votos de congratulações ao Senhor Álvaro Dias, eleito Presidente da TELEPAR, se faz necessário posto a importância que essa empresa representa aos cidadãos paranaenses.

Esperamos que o novo Presidente leve a TELEPAR a um diferencial competitivo e moderno, e a um trabalho de maximização da receita e rentabilidade, considerando novos fatores empresariais, econômicos, políticos, sociais, tecnológicos e culturais.

REQUERIMENTO Nº 774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Ten. Cel. QOPM Iranil dos Santos, alusivos a posse no Comando da Academia Policial Militar do Guatupê, a ocorrer no próximo dia 23 de abril do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada àquela Academia, BR-277, Km 72, Bairro Guatupê, São José dos Pinhais - Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Cel. QOPM Valter Wiltemburg Pontes, alusivos aos relevantes serviços prestados no Comando da Academia Policial Militar do Guatupê.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada àquela Academia, BR-277, Km 72, Bairro Guatupê, São José dos Pinhais - Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao

casal GERALDO e LUCI APARECIDA SEIXAS RUON, pela dedicação e carinho que ao longo de suas vidas têm dispensado aos seus familiares, amigos e conhecidos. É um casal que sempre está prestando ajuda aos que necessitam, com desprendimento e amor, praticando caridade constantemente.

Sua família, através da Senhora Clarice Seixas, nos buscou para que, por meio deste voto de louvor, fique registrado nos Anais desta Casa de Leis, todo o reconhecimento e orgulho que eles têm desse casal exemplar, que vive a verdadeira fraternidade, sempre em prol do próximo. Exemplos como esse merecem exaltação.

Nos somamos aos seus familiares nesta homenagem de agradecimento ao casal Geraldo e Luci, pedindo que registre-se nos Anais desta Casa este voto de louvor, com os meus sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 778

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal VALDEMAR e ELEONICE MORONA FROHLICH, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando BODAS DE PRATA.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho, Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos ao Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal AMÉLIA e NICOLA PALMIERI, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando BODAS DE PRATA.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho, Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos ao Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio URGENTE, de Ofício ao recém

empossado, Senhor Ministro de Estado da Justiça, no sentido de dar apoio à permanência no cargo de Diretor do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor - DPDC, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, de seu atual ocupante, ex-servidor desta Casa e ex-Coordenador do PROCON/PR, Nelson Faria Lins D'Albuquerque Júnior, pelos relevantes serviços prestados à Nação, na condução da coordenação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, assim como pela política desenvolvida na proteção e defesa da cidadania, nas relações de consumo.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Marquinhos Alves, Carlos Simões, Orlando Pessuti, José Tavares, João Techy, Ademar Traiano, Toti Colaço, Albanor Gomes, Reny Borsatto, Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli, Beto Richa, Edson Silva Lino, Durval Amaral, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, César Seleme, Hidekazu Takayama, Walmor Trentini, Nelson Tureck e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Nelson Faria Lins D'Albuquerque Junior, durante 29 anos prestou serviços ao Governo do Estado do Paraná, exercendo funções de destaque em diversos órgãos do Governo, quer no Executivo, no Judiciário ou nesta Casa Legislativa, onde assessorou os Deputados Rubens Bueno e mais recentemente o Deputado Cezar Silvestri e a Liderança do PSDB, como Chefe de Gabinete e Assessor Parlamentar.

No Judiciário, foi Secretário Executivo da Associação dos Magistrados do Paraná e no Executivo exerceu, entre outras, funções na extinta Secretaria de Imprensa, quando iniciou sua vida profissional: Secretaria de

Segurança Pública; Secretaria do Interior e da Justiça, por duas vezes; Secretaria da Administração, em altas funções na Empresa de Obras Públicas do Paraná (atual DECOM - Sec. de Obras), na Secretaria do Interior; na Secretaria da Indústria e Comércio e mais recentemente, nomeado pelo Governador Jaime Lerner, Diretor do PROCON do Paraná, onde, de forma rápida, galgou o cargo de Diretor Nacional de Defesa do Consumidor, que exerce há quase dois anos.

Há que se ressaltar, que Nelson, durante todo esse período dos 29 anos no Paraná e mais esses dois no Governo Federal, jamais foi funcionário público, o que dá maior realce à sua disposição de servir ao Estado e à Nação sem a preocupação com a estabilidade ou com emprego.

É de salientar, que o DPDC, na atual administração, conseguiu a efetiva coordenação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e tem conseguido vencer todas as resistências à integração e à modernização dos órgãos públicos e privados, federais, estaduais e municipais, ligados à defesa e proteção dos consumidores.

Durante sua gestão à frente do DPDC, resgatou-se o débito do Governo Federal com os consumidores e a sociedade em geral, notadamente, através da regulamentação do Fundo Nacional de Direitos Difusos - após mais de dez anos de vigência da Lei nº 7.347/85, da criação da Comissão Nacional Permanente de Defesa do Consumidor, e principalmente e a edição do Decreto 2.181/97, que substituiu, após 3 anos de luta de todos os organismos ligados à defesa dos interesses do cidadão, o nefasto Decreto 861/93, jamais aceito pelos órgãos diretamente ligados aos interesses dos consumidores.

Maior eficácia, houve quando

das parcerias firmadas com a SUNAB e INMETRO, na co-participação de execução da Política Nacional das Relações de Consumo, na medida em que essas organizações passaram a adotar a Lei 8.078, contribuindo para o FDDD e, principalmente, para a cidadania brasileira.

Por último, registra-se a aprovação quase unânime dos órgãos integrantes do SNDC, registradas através de MOÇÃO firmada por Diretores dos PROCON's, reunidos em Brasília, neste mês, já encaminhada ao Senhor Presidente da República, coincidindo com o apoio ora solicitado.

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Delegado Geral e Presidente do Conselho da Polícia Civil, Doutor Toleb Baleche, sugerindo que se passe a exigir formação em curso superior - escolaridade de 3º grau - aos candidatos que prestarão concurso público para ingresso nas carreiras de Escrivão, Dactiloscopista e Investigador da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Através deste estamos propondo ao Doutor Toleb Baleche, Delegado Geral e Presidente do Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná, que a instituição passe a exigir dos candidatos aos concursos públicos para ingresso nas carreiras de Escrivão, Dactiloscopista e Investigador, escolaridade a nível de 3º Grau. Nossa sugestão vem no sentido de garantir uma melhor qualificação dos profissionais que irão desempenhar estas funções na Polícia Civil do Paraná.

Com profissionais deste nível, saídos das universidades e faculdades para os quadros da instituição, certamente estaremos também melhorando a qualidade dos serviços prestados à população. Trata-se de medida simples, que não resultará em ônus para a Polícia Civil ou para a Secretaria de Estado da Segurança Pública. E sem prejuízo para aqueles profissionais que já atuam nas três profissões relacionadas.

Adotada esta exigência, estaremos no Paraná acompanhando prática que a Polícia Civil de Estados como Santa Catarina e Espírito Santo já implantaram com sucesso. A sensibilidade do Doutor Toleb Baleche para com o constante aperfeiçoamento da nossa Polícia Civil nos dá a certeza de que a presente sugestão será bem aceita.

REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência aos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República, Presidente do Congresso, Presidente do Senado, Presidente da Câmara e ao Ministro da Justiça, solicitando a instalação do Tribunal Regional Federal, com sede em Curitiba e jurisdição sobre o Paraná e, eventualmente, em outro Estado vizinho, Santa Catarina ou Mato Grosso do Sul.

Atualmente, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF-4, concentra em Porto Alegre-RS, todos os processos de Justiça Federal de Segunda Instância, oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Seu desmembramento em pelo menos dois, é de fundamental importância para a população destes três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul, evitando desta forma o acúmulo de processos.

A sociedade paranaense clama por esta conquista e espera das autoridades federais uma resposta imediata no sentido de viabilizar a criação do 4º Tribunal Regional Federal.

Requer ainda que seja dada ciência, através de cópia desta correspondência, a todos os Senadores e Deputados Federais do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, considerando a paralisação de obras licitadas por Prefeituras Municipais do Paraná sem continuidade, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, que determine todas as Secretarias de Estado, principalmente a SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, responsável pelo Programa "Paraná Urbano", não firmar convênios com Prefeituras Municipais, antes que obras iniciadas pelas administrações anteriores sejam concluídas.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio e expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a agilização de reparos na rodovia PR-090, conhecida como "Estrada do Cerne", no trecho entre as Cidades

de Curiúva e Sapópema, nas proximidades do trevo com a PR-160.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, Senhor Presidente, vem calcada na constatação, por parte deste Deputado, que semanalmente tem passado pela localidade e, já há algum tempo, observa a existência do afundamento da pista, apenas sinalizado e obstaculado, obrigando os veículos a se utilizarem de meia pista, sem qualquer indício de andamento da obra.

Ainda mais grave: o ponto crítico situa-se muito próximo a curvas, aumentando o risco de acidentes, pois o motorista desavisado poderá, inesperadamente, defrontar-se com outro, em sentido contrário, na contramão.

REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção da Delegacia de Polícia no Distrito de Guaravera, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Guaravera, Senhor Presidente, além de estar distante do município sede cerca de 20 quilômetros, tem uma população de 5.500 habitantes, tanto ou mais que alguns municípios do Estado do Paraná.

Portanto, a necessidade de uma Delegacia de Polícia é de inquestionável importância, para

garantir a justa segurança da população daquela localidade.

REQUERIMENTO Nº 770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Eurides Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando a perfuração de poços artesianos no Distrito de Guaravera, Município de Londrina, para atender os pequenos hortifrutigranjeiros.

Sala das Sessões, em 22.04.97

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os pequenos agricultores hortifrutigranjeiros da região do Distrito de Guaravera estão passando por dificuldades financeiras, comum aos seus colegas em todo o nosso Estado. Para fazer frente às dificuldades, se organizaram e criaram a Associação de Produtores de Guaravera e, de comum acordo, definem como prioritária a perfuração de poços artesianos, por situar-se em uma região de clima quente e porque o consumo de água para atender suas necessidades é relativamente muito alto, não sendo suficiente o volume conseguido nos poços comuns.

No entanto, o custo de um poço artesiano está muito acima da capacidade desses agricultores. Daí a razão do presente Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo

Curitiba, terça, em 22.04.97

Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de sementes de milho para ser distribuído aos pequenos agricultores do Município de Inácio Martins.

O objetivo é assegurar a esses pequenos agricultores a sua continuidade no campo, evitando assim, o êxodo rural, devido a falta de sementes para plantio ou pela má qualidade da safra agrícola.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Senhora Fani Lerner, Secretário de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Associação Teixeira-soarense de Amparo ao Idoso - ATAI, do Município de Teixeira Soares.

Trata-se de instituição beneficente, que enfrenta dificuldades para manter em regime de internato e prestar assistência a 22 pessoas idosas carentes, sem qualquer tipo de amparo por parte dos familiares, sendo que muitos destes idosos sequer possuem família.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, seja enviado expediente ao ex-Governador Álvaro Fernandes Dias, cumprimentando-o pela posse e desejando profícua gestão a

frente da Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Orlando Pessuti

REQUERIMENTO Nº 788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à toda a Bancada paranaense no Congresso Nacional, solicitando urgência na tramitação dos projetos que prevêem a instalação de novos Tribunais Regionais Federais no País, sendo um desses no Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A instalação de um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná é uma reivindicação de setores importantes da sociedade civil organizada. Representantes das mais diversas entidades são unânimes em defender a instalação de um TRF em nosso Estado, agilizando os milhares de processos que tramitam na Justiça Federal de Segunda Instância.

É o que podemos observar no trecho abaixo, extraído do artigo do Procurador Regional da República do Paraná, Doutor Dilton Carlos Eduardo França, publicado no jornal "Gazeta do Povo", em 22 de março deste ano:

"Atualmente, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, TRF-4, concentra em Porto Alegre todos os processos da Justiça Federal de Segunda Instância oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Seu desmembramento, em pelo menos dois é, acima de tudo, uma questão de bom senso, de racionalidade e de respeito a milhares de cidadãos dos três Estados - paranaenses, catarinenses e gaúchos - que, hoje, têm seu acesso efetivo à

Justiça enormemente dificultado pela morosidade que o desnecessário acúmulo de processos numa única corte provoca (...). Sob todos os ângulos em que se analise a questão, o desmembramento do TRF-4, com a criação de um TRF no Paraná, é a solução mais lógica, de uma obviedade gritante. Ela implica baixo investimento, exige estrutura funcional reduzida e pode ser implantada com número médio de juizes."

Por isso, solicito o apoio dos nobres Deputados, aprovando este Requerimento para que seja encaminhado expediente à toda a Bancada paranaense no Congresso Nacional, solicitando urgência na tramitação dos projetos que prevêem a instalação de novos Tribunais Regionais Federais no País, sendo um desses no Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 171/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Trabalhadoras e Artesões - AMARA, com sede e foro no Município de Atalaia - PR, à Rua Padre José Bedin, 07.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede à Rua Padre José Bedin, 07, no Município de Atalaia-PR, constituída sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, foi organizada com objetivos básicos

de promover, incentivar, apoiar e amparar a prática, o desenvolvimento, aperfeiçoamento, a difusão das atividades artesanais, culturais e geradoras de renda do município.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 172/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Guaraci-PR, à Rua Marechal Dutra, s/n.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede à Rua Marechal Dutra, s/n, Município de Guaraci-PR, constituída sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, foi organizada com finalidades filantrópicas.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais realiza trabalhos integrados a diversos segmentos da sociedade guaraciense, buscando atender a comunidade em geral.

Tem como meta promover o bem-estar, a proteção, o ajustamento e a integração das pessoas portadoras de deficiências mentais, onde quer que se encontrem, como também estimular os estudos e pesquisas relativas aos problemas dos excepcionais.

Curitiba, terça, em 22.04.97

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 173/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Niva Sabóia Khury.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Neste último meio século de vida política do nosso Paraná, a figura de Anibal Khury se tornou inseparável dos acontecimentos. Foi ele partícipe em todos eventos que assinalaram a trajetória de nossa vida pública.

Não se pode, no entanto, deixar de registrar que ao seu lado esteve uma mulher de fibra, inteligente, tão política quanto seu marido, e a quem o Paraná e os paranaenses muito devem. trata-se de Dona Niva Sabóia Khury, cujo talento fez por conquistar seu espaço próprio, sua luz pessoal, sempre iluminando positivamente o desempenho de seu companheiro e esposo.

Ao propormos esta homenagem do Paraná à Dona Niva Sabóia Khury, estamos resgatando uma dívida que todos temos para com ela!

Quem é Dona Niva Sabóia Khury?

Dona Niva Sabóia Khury nasceu em Rio Negro - PR. É filha de Joaquim Sabóia Neto e Cloracil Ferreira Sabóia. Iniciou seus estudos em Rio Negro, concluindo o primário já em Curitiba.

Frequenteou a Escola Normal e o Colégio Cajuru. Seu grande sonho: ser professora e jogadora de vôlei, sonhos que abriu mão quando conheceu seu futuro marido.

Após concluir o secundário, estudou na Cultura Inglesa, quando casou-se com o Senhor Anibal Khury, retornando ao interior, mais precisamente União da Vitória.

Dessa união conjugal nasceram dois filhos: Anibal Khury Júnior e Ricardo Khury, ambos bacharéis em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba.

No ano de seu casamento seu esposo iniciou sua carreira política elegendo-se Vereador. Após o mandato, veio a Curitiba trabalhar no IBC, dando início a sua carreira política como Deputado Estadual, tendo sua primeira eleição ocorrida em 1954.

Esposa amorosa, companheira e amiga, sempre acompanhou e contribuiu na trajetória do marido, incentivando, apoiando e contribuindo para a continuidade de sua brilhante carreira.

Como esposa do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Dona Niva Assumiu pela primeira vez a Presidência da APASDE - Associação Paranaense das Senhores dos Deputados Estaduais, no período de 1989 a 1992.

Era a segunda gestão da APASDE desde a sua criação. Dona Niva deu um impulso às atividades assistenciais da Associação, buscando recursos e bens que foram distribuídos a mais de 100 entidades filantrópicas, culminando com a interiorização das ações da APASDE, atingindo os municípios mais distantes do território paranaense.

Sua dinâmica e simpatia cooptaram mais e mais recursos buscados junto a doações recebidas através de jantares beneficentes bem sucedidos, doações de peças que seriam leiloadas ou rifadas,

busca de arrecadações junto a órgãos públicos e demais ações correlatas. Com a obtenção desses recursos financeiros, Dona Niva ampliou a assistência social adquirindo cadeiras de rodas, cobertores, tecidos para lençóis e fraldas, etc., revertendo em benesses para várias entidades sociais atendidas. Dona Niva transformou-se numa benfeitora, numa "mãe" que sempre estende sua mão para ajudar o próximo. Dentre as inúmeras entidades assistidas citamos: a Liga Feminina de Combate ao Câncer, Abrigo Santa Clara, Hospital Pequeno Príncipe, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, Setor de Queimados do Hospital Evangélico, dentre outras.

Com uma habilidade política ímpar, Dona Niva somou-se com as esposas dos demais Deputados, e deram um impulso gigantesco a APASDE, transformando-a numa entidade representativa de respeito e seriedade.

Apesar de suas inúmeras atividades e compromissos, nossa "benfeitora" nunca esqueceu das pessoas mais próximas. Todo final de ano distribui centenas de cestas básicas aos funcionários mais carentes que prestam serviços à ALEP, e proporciona o "Natal na ASSOMA", levando carinho e alento "aos meus meninos", aos nossos pequenos aprendizes, como ela se refere aos internos.

Atualmente, Dona Niva está em seu quarto mandato frente a APASDE, cujo trabalho social vem sendo reconhecido pela comunidade paranaense, sendo meritória e justa a presente homenagem que esta Casa de Leis e este Deputado que a subscreve prestam à sua pessoa.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei, como retribuição aos relevantes serviços prestados

ao povo do Paraná pela nossa amiga e companheira Niva Sabóia Khury.

PROJETO DE LEI Nº 174/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o
título de Cidadão Honorário do
Paraná ao Doutor Adolar Nicoluzzi.

Art. 2º - Esta lei entrará em
vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em
contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

A concessão de título de
Cidadão Honorário do Paraná, uma
das maiores honrarias que é
concedidas aos homens de bem que
prestaram serviços à comunidade
paranaense, está sendo proposto a
um dos grande batalhadores em prol
da saúde e do bem-estar social
deste Estado.

Doutor Adolar Nicoluzzi,
nasceu no Município de Porto União
- Santa Catarina, em Valões. Foi
registrado em 24 de julho de 1941,
filho do Senhor João Nicoluzzi e
Antonieta Nicoluzzi. Casado com a
Senhora Hésia Leal Nicoluzzi, com
quem tem dois filhos: João Eduardo
Nicoluzzi e Andréa Fátima
Nicoluzzi.

Concluiu o 2º Grau no Colégio
Londrinense. Curso Técnico de
Contabilidade em 1954/1959, no
Colégio Bom Jesus, de Curitiba.

Em 1960, no Colégio Estadual
do Paraná fez Adaptação para o
Curso Científico, em Curitiba.

Em 1961 ingressou na Faculdade
Católica de Filosofia, Ciências e
Letras, da Universidade Católica
do Paraná, concluindo Bacharelado
em História Natural em 1964.

Em 1964 concluiu também
Didática.

No período de 1963 a 1968
cursou Medicina na Faculdade de

Curitiba, terça, em 22.04.97

Medicina da Universidade Católica
do Paraná, sendo o 5º classificado
da turma.

Em 1974, na Universidade
Federal do Paraná concluiu o curso
de Medicina do Trabalho.

Em 1982 fez Especialização em
Cirurgia Geral, no Conselho
Federal de Medicina.

Atividades Acadêmicas

1961: Problemas Educacionais

1963: Neurovegetativo -
Atualização em corticosteróides.

1966: Antibioticoterapia -
Ciclo de Conferências
(Queimaduras, Sexualidade,
Cirurgia Plástica, Fraturas da
Face) - Doenças Venéreas.

1967: Diagnóstico Preventivo -
Propedêutica Ginecológica.

Atividades Profissionais

Médico Cirurgião

Serviço na Clínica Cirúrgica
do Professor Mário Braga de Abreu,
da Irmandade da Santa Casa de
Misericórdia de Curitiba, desde
dezembro de 1968.

Médico Plantonista

Pronto Socorro Municipal do
Hospital Cajuru, da Universidade
Católica do Paraná, 1968.

Médico Traumatologista

Hospital Cajuru, da
Universidade Católica do Paraná,
em regime de plantão semanal, de
1969 a 1977.

Médico Cirurgião

Hospital Cajuru, em regime de
plantão semanal, desde 1969.

Médico

Serviço de Revisão de Contas
Hospitalares do INAMPS, desde 06
de junho de 1970.

Médico Fundador

Do Serviço de Medicina e
Higiene do Trabalho da COPEL -
Companhia Paranaense de Energia,
1970.

Professor do Ensino Secundário

Secretaria de Educação do
Paraná. Exonerado a pedido, 1973.

Médico Cirurgião Auditor do INAMPS

Desde 1981.
Supervisor de Estágio de Urgências Médicas

Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Hospital Cajuru, desde 1989.

Trabalhos publicados

Co-autor do tema "Pneumatose Cistóide Intestinal - Relato de um caso".

Co-autor do tema "Diverticulite de Apêndice Cecal - Relato de um caso".

Condecorações e Homenagens

Ministério da Guerra - III Exército - 5ª RM - 5ª DIAD/ 5ª Menção de Mérito. Curitiba, novembro de 1960.

XIV Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Diploma de Mérito. Curitiba, maio de 1975.

Câmara Municipal de Curitiba - Voto de Louvor. Curitiba, março de 1985.

Santa Casa de Misericórdia de Curitiba - Diploma de Reconhecimento. Curitiba, maio de 1986.

Por seu espírito de luta, de estudo, de disciplina, conforme assim demonstra o seu "Curriculum Vitae", por ter pautado o seu trabalho na competência e seriedade, pela sua grande contribuição na área médica, pelos seus trabalhos publicados, pelo muito que tem realizado pela coletividade curitibana, tornou-se merecedor da propositura que ora apresentamos ao título de Cidadão Honorário do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 175/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Creche Lions Ledi Maas", com sede e foro na

Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.97.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 05 de outubro de 1982, com Estatutos devidamente registrados sob nº 154, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a Creche Lions Ledi Maas é uma entidade sem fins lucrativos e com finalidade precípua de atender crianças pobres, sem distinção alguma, em abrigos diurnos, sua puericultura e adaptação social, fornecendo-lhes alimentos, roupas e medicação adequadas, bem como atendimento pedagógico, durante o período e permanência da criança na creche.

Trata-se de uma entidade que presta relevantes serviços à comunidade. Desde a instalação, já atendeu 893 crianças. Sempre mantém no mínimo 60 crianças em regime integral, das 7:00 horas às 18:30 horas.

É merecedora do reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade e, para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, o ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subindo mais uma vez à tribuna desta Casa, para dizer da alegria, do contentamento, para dar o testemunho: "A gente só é feliz quando faz alguém feliz".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, participei, com o Secretário da Habitação, Rafael Dely, em inaugurações de obras pela Região Centro Oeste do Estado do Paraná e dando o exemplo do município modelo de Campo Mourão. Estivemos numa inauguração de 88 unidades da "Casa Feliz", participando deste projeto tão importante, onde pude sentir a alegria, a felicidade de um pai de família, de uma mãe e de todos aqueles que moravam naquela casa.

Para dizer aos Senhores Deputados: 88 casas, casas de primeira qualidade, casas de primeira linha, com prestações de 34 reais. O Governo do Estado investiu 375 mil reais em 88 unidades, e tivemos uns conjuntos ao lado, onde casas de 27 m², o trabalhador está pagando 80, 90 reais de prestação. Por isso dei este testemunho de que só somos felizes quando fazemos alguém feliz. Vejo e vi, pela alegria daqueles trabalhadores e deste grande Secretário da Habitação, Rafael Dely - e para dar um testemunho maior de uma transformação, de um novo olhar para o teto, a casa, a moradia do nosso Paraná, com respeito ao nosso trabalhador, que é deste Governador Jaime Lerner.

Então, temos visto estas coisas e, como Deputado, não poderia deixar de subir aqui a esta tribuna, para dizer dos trabalhos deste grande Governador.

Senhores Deputados, só na região de Campo Mourão, na nossa região, em apenas dois anos de Governo Jaime Lerner, e Rafael Dely, foram investidos 18 milhões de reais na área da habitação - incluindo as Vilas Rurais - e no dia 30 de abril - ou 06 de maio - o Governador Jaime Lerner estará indo a Campo Mourão para inaugurar várias obras nas áreas da saúde, agricultura, habitação, educação,

enfim, obras que vêm de encontro a nossa população.

E, viemos fazer uma prestação de contas dos dois anos do Governo Jaime Lerner e do Deputado Nelson Tureck na Região Centro Oeste do Estado do Paraná, para provar que em dois anos, o que o governo investiu na nossa região, não foi investido em seis anos, e levaremos o Governo Jaime Lerner para fazer esta prestação de contas a 28 municípios.

Por isso, queria dar o meu testemunho aqui hoje, da alegria, da felicidade dos trabalhadores, de um novo olhar, de um novo teto do nosso trabalhador, dessas casas que o Governo Jaime Lerner tem feito no interior do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Encerrado o Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o ilustre Deputado Carlos Simões.

(Declina).

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

(Declina).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PDT. PSDB. PFL.

(Declinam).

PT com a palavra.

Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderíamos deixar passar a sessão de hoje, sem fazer referência a um dos acontecimentos mais extraordinários que aconteceram nos últimos anos. Refiro-me a marcha dos trabalhadores rurais sem terra, que depois de mais de 60 dias caminhando, no dia 17 de abril, um total de duas mil pessoas chegaram

a Brasília, fazendo a maior manifestação contra o avanço do neoliberalismo neste País, e mostrando, bem alto, a voz dos setores excluídos da sociedade brasileira. Uma sociedade perversa, que coloca mais de 30 milhões de pessoas na miséria absoluta, que concentra a renda como nenhum outro País do mundo, e concentra também a propriedade da terra da forma mais agressiva, mais dura que países muito mais miseráveis que o nosso.

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra consegue cada vez mais, ganhar os corações e as mentes do País, e ficou claro nesta marcha que reuniu mais de 50 mil pessoas. Aqueles que lá estiveram - infelizmente não pude estar neste momento grandioso - falaram que foi um dos momentos mais importantes de suas vidas, a emoção que sentiram foi uma emoção única, principalmente quando aconteceu o abraço entre os trabalhadores do campo e os operários da cidade e trabalhadores, servidores públicos em geral, em Brasília.

É preciso, mais do que nunca, que a consciência nacional compreenda que esse sistema que está aí, apenas concentra as mazelas e a desigualdade social deste País. É preciso, mais do que nunca, que o povo brasileiro entenda a importância da reforma agrária. Nenhum País desenvolvido hoje conseguiu esse grau de distribuição de renda que tem, sem ter feito antes uma reforma agrária. É um absurdo que um País como a China, com um bilhão e duzentos milhões de habitantes, que tem apenas trezentos milhões de hectares com agricultura, possa sustentar uma quantidade tão enorme de pessoas, e o Brasil, com mais de quatrocentos milhões de hectares de terra fértil, deixe passar fome uma grande parte de seu povo. A China é um País que

prova que a pequena propriedade agrícola consegue, com muita mão-de-obra e pouca tecnologia, altos graus de produção e produtividade, e o Brasil infelizmente, a modernização da agricultura, o que fez foi apenas concentrar a propriedade da terra e aumentar a desigualdade que existe no meio rural.

Mais do que nunca, entendemos que o Governo Fernando Henrique Cardoso deve implementar rapidamente as reivindicações do MST, porque nosso País é um País grandioso, com grande quantidade de terras férteis, como quase nenhum no mundo, e não pode permitir mais que os seus filhos literalmente morram de fome.

Nesse momento, a Bancada do Partido dos Trabalhadores se solidariza com o MST, e vamos todos continuar o nosso mandato defendendo a reforma agrária e defendendo uma política agrícola voltada para a pequena produção da agricultura, porque não basta distribuir a terra. Este é apenas um dos momentos fundamentais da construção da justiça agrária, mas é importante também que haja uma mudança de política agrícola e essa política passe a beneficiar os pequenos produtores.

No mês de maio, vamos assistir aqui no Paraná e em todo o Brasil, o Grito da Terra. Estamos já nos reunindo com o Departamento Rural da CUT, sindicatos de pequenos produtores rurais, para trazer uma série de propostas para esta Assembléia. E uma das propostas fundamentais é a instituição, aqui no Paraná, de um fundo estadual de auxílio à pequena agricultura familiar. Entendemos que, se o Governo do Estado tem quatrocentos milhões para oferecer à Renault uma fábrica que vai gerar dois mil empregos para a Região Metropolitana, se tem quase um bilhão de reais para oferecer, na somatória, para outras fábricas,

tem também dinheiro para apoiar a pequena produção, através da instituição de um fundo por percentual do orçamento.

Apresentaremos, através da Bancada do PT, esse projeto, e esperamos contar com o apoio da maioria dos Deputados desta Assembléia.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- PL com a palavra.

PTB. PSDB. PMDB. Liderança do Governo.

(Declinam).

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida.** Publique-se no Diário da Assembléia em Avulso, para conhecimento dos Senhores Deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Também anunciamos a este Plenário, que no próximo dia 28 de abril, teremos uma Sessão Extraordinária, com a presença do IAPAR e da SEAB, para expor o programa do café em nosso Estado, bem como o programa da pesquisa do algodão, conforme solicitação feita pelo ilustre Deputado José Maria Ferreira.

O Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, também convida a todos os Senhores Parlamentares e distintas famílias, para assistirem a Sessão Solene comemorativa aos 50 anos da Associação dos Professores do Paraná, que irá se realizar

amanhã, dia 23 de abril, às 16:00 horas, neste Plenário, lembrando aos Senhores Deputados a convocação de suas presenças.

Ofício nº 098/97, subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, comunicando sua ausência do país, no período de 30 de abril a 08 de maio do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de ordem cultural e administrativa. **Aprovado.**

Ofício nº 281/97, subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando que seja liberada as dependências do Plenário desta Casa, a fim de se realizar a cerimônia de entrega do título de Cidadão Honorário ao Senhor João José Bigarella, no dia 05 de junho do corrente ano, às 17:00 horas. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/97, que declara de Utilidade Pública o Grupo Nossa Senhora de Fatima, com sede e foro no Município de Paranavaí, Estado do Paraná. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 003/97, de 18.02.97).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 027/97, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional de Sumaré, com sede e foro em Paranavaí. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 008/97, de 24.02.97).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 028/97, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Sumaré, com sede e foro no Município de Paranavaí. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 008/97, de 24.02.97).

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/97, de autoria do Deputado Albanor José Ferreira Gomes, que declara de Utilidade Pública a União dos Estudantes de Araucária - UNESA. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Fundação Assistencial SULNAV, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 213/96, de 07.12.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 585/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Assistencial SULNAV, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 16/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente, Cultural, Recreativa e Esportiva Moradas Itiberê, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 003/97, de 18.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 16/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente, Cultural, Recreativa e Esportiva Moradas Itiberê, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Sobre a mesa, Requerimento

nº 754, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 757 e 758, de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 759 a 764, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 765, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 766, 767 e 784, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 768 a 770 e 790, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 771 a 775, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 777 a 779, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 780 e 781, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 786, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, com apoio do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 787, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, com apoio dos Senhores Deputados Ademar Traiano, Toti Colaço, Beto Richa e demais

Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 788, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Solicito do Senhor 2º Secretário a leitura da súmula do Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - O Requerimento nº 782, do Deputado Romanelli, com apoio do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, "solicita a supressão da Ata dos Trabalhos desta Casa, a moção de repúdio, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, voto de repúdio ao projeto de lei em tramitação na Câmara Federal, de autoria da Deputada Marta Suplicy", apresentado no dia 14 de abril do corrente.

Este projeto de lei da Deputada Marta Suplicy, que assegura a pessoas do mesmo sexo o reconhecimento de sua parceria civil registrada, visando a proteção de seus direitos constitucionais, julgando a referida moção contrário aos princípios libertários que regem este Parlamento, e tem por base regimental os Artigos 129 a 136 em seus parágrafos e incisos.

Assina pela Bancada do PMDB, o Deputado Romanelli.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Não posso acreditar que o Deputado Luiz Claudio Romanelli tenha entrado com este Requerimento, tentando anular da Ata uma votação que já foi aprovada por todos, inclusive pelos que aqui estão e por ele também.

Gostaria de lembrar ao Senhor Presidente que eu, como Deputado aqui, tenho o maior respeito por esta Casa, e tentar neutralizar algo que já foi aprovado, demonstra uma certa levandade por parte daquele que coloca este pedido de votação.

Portanto, solicito aos nobres Pares que não aceitem, de maneira nenhuma, esta tentativa de maracutaia, de tentar neutralizar um pedido que já foi aprovado por esta Casa.

E, de mais a mais, acrescento, Senhor Presidente, que não sou contra os "gays", os homossexuais, não senhor, sou contra a aprovação, no Congresso, de um pedido como este, que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Isso está fora do conhecimento cristão, o Brasil se coloca como País de 150.000.000 de cristão, mas quando surgem leis como esta, mostra que está havendo uma certa hipocrisia. Não podemos aceitar, de maneira nenhuma, que esse projeto seja voltado atrás ou que seja suprimido da Ata. É uma maneira de querer tirar desta Casa algo que já foi aprovado.

Eu, quando coloquei este pedido de moção contrária ao casamento "gay" - não tenho nada contra os "gays" mas se aprovarmos esse projeto, vamos abrir lacunas perigosas, abrir brechas perigosas na nossa Constituição Brasileira. Amanhã ou depois, pessoas que gostam do sexo com animais, também vão dizer: "Olha, quero que aprove o meu casamento com a minha vaca".

Não podemos, de maneira nenhuma, aceitar que este projeto contrário ao que já foi aprovado, venha ser colocado. Lamento, fico extremamente aborrecido e decepcionado com o companheiro Luiz Claudio Romanelli. Quero lembrar ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, que ele foi eleito nas cidades do Norte do Paraná, por

muitos cristãos, que não aprovarão esta atitude.

Deixo aqui o meu manifesto claro de que esse projeto não deva ser aprovado e peço o apoio dos meus nobres Pares, Colegas desta Casa.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Deputado Hidekazu Takayama acabou de demonstrar que ele não conhece o projeto. Usou, inclusive, justificativas incorretas para que o Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli não fosse aprovado. Chama, o Deputado Takayama, de "casamento entre pessoas do mesmo sexo". Isso não existe no projeto de lei da Deputada Marta Suplicy, que está tramitando no Congresso Nacional, com um Substitutivo do Deputado Roberto Jeferson, do PTB - Substitutivo com parecer favorável - que foi discutido por mais de um ano na Comissão de Constituição e Justiça, foi discutido junto às entidades da sociedade civil, representantes ou não dos homossexuais, inclusive com os representantes das várias igrejas.

O Deputado Roberto Jeferson chama a atenção para o fato, que o projeto diz o seguinte: "a união civil entre as pessoas do mesmo sexo" - não é casamento, Deputado Takayama. O que demonstra é que ele não conhece a união civil: dois cidadãos ou cidadãs, que vivem em bem comum, no momento em que um deles vier a faltar, o outro tenha todos os seus direitos de companheiro que viveu junto ao longo do tempo. Seja na questão de patrimônio, de capital, ou seja nos direitos civis, no caso de cidadania.

Hoje sabemos que a sociedade comete uma série de preconceitos, e os homossexuais são vítimas de preconceito da sociedade. Não

podemos usar o argumento de moralidade ou para o bem da família, quando são conceitos subjetivos, conceitos muitos deles ultrapassados ao longo da História. O Brasil não é o único País que discutiu isso, outros países já discutiram e aprovaram. Portanto, não podemos fazer com que esta Casa se pautar como uma Casa retrógrada no que diz respeito ao avanço de direitos civis.

Ouvi uma entrevista na "CBN", do Deputado Roberto Jeferson, do PTB - Deputado considerado um dos mais conservadores do Congresso Nacional. Defendeu por mais de 15 minutos o projeto da Deputada Marta Suplicy, o parecer dele e o substitutivo feito por ele - substitutivo este que tem recebido os aplausos da sociedade.

Esta Casa, ao votar o Requerimento do Deputado Romanelli, nada mais é do que estar atendendo exigências hoje da sociedade civil, do avanço da civilização a nível mundial. E manter um voto de repúdio nesse Parlamento, é retrocesso e depõe contra nós, Parlamentares, no sentido dos direitos de cidadania e dos direitos que têm o cidadão de dividir o mesmo teto e dividir aquilo que conquistaram juntos ao longo da sua vida, ou alguém vir a ser o herdeiro daquilo, ao longo da vida, é defender o direito à cidadania, é defender a orientação sexual de cada cidadão.

"Qualquer dia vamos fazer com que o casamento seja entre homens e animais"... Desculpe, Pastor, mas Vossa Excelência está extrapolando ao que diz o projeto da Deputada e o parecer do Deputado Roberto Jeferson.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)
- Senhor Presidente, gostaria de ler a Carta Aberta aos Deputados Estaduais, encaminhada pelo Grupo Dignidade (Lê):

"CARTA ABERTA AOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Lastimamos tomar conhecimento da moção de repúdio aprovado no dia 14.04.97 pelos Senhores Deputados contra o Projeto de Lei Federal nº 1.151/95 da Deputada Marta Suplicy (PT-SP) que regulamenta a Parceria Registrada entre Pessoas do Mesmo Sexo.

Entristece e ultraja-nos a desconsideração da Assembléia Legislativa para com os direitos humanos dos homossexuais. Lembramos que os Senhores também foram eleitos por gays, lésbicas e travestis e salientamos que nem estes, e nem qualquer outro eleitor, merecem tamanho desprezo por parte dos seus 'representantes' parlamentares. Discriminar não faz parte do papel do legislador.

Aos deputados que queiram ver o avanço da democracia e a concretização do direito de igualdade para todos os cidadãos brasileiros, solicitamos que enviem para a Deputada Marta Suplicy (Fax: 061 318 2360) seus pronunciamentos a favor do projeto, com o intuito de resgatar a imagem da Assembléia Legislativa do Paraná no que diz respeito à defesa dos direitos humanos.

Com a finalidade de esclarecer o que propõe o Projeto de Lei nº 1.151/95, apresentamos os principais fatores que motivaram o projeto de lei e as questões levantadas pelo mesmo:

PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL

- Cumprimento do Artigo 5º da Constituição Federal: 'Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza'.
- Respeito a todos os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário (Art. 5º, LXXXVII, § 2º). Ex.: Declaração Universal dos Direitos Humanos

'Todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos'.

BRASIL TAMBÉM NA VANGUARDA DOS DIREITOS HUMANOS

- Esta lei já foi aprovada nos seguintes países: Suécia, Hungria, Dinamarca, Noruega. Na Holanda, Espanha, Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos e Canadá, várias cidades já criaram legislação própria permitindo o registro civil entre pessoas do mesmo sexo.
- Sessão de 18.02.93 do Parlamento Europeu recomendou aos países da Comunidade Européia a aprovação de legislação visando a igualdade de direitos dos homossexuais.

DESINFORMAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI

- Não se trata de 'casamento', apenas a legalização de parcerias estáveis.
- Não representa uma ameaça à família tradicionalmente constituída. No passado, este argumento também foi utilizado, erroneamente, contra o voto da mulher.
- O projeto não prevê a adoção de crianças.

O PORQUÊ DA LEI

- Sob a legislação existente, não são contempladas a herança e a sucessão entre casais do mesmo sexo. Contudo, vários tribunais do Brasil estão julgando casos de herança e sucessão relativos a parcerias do mesmo sexo em que um dos parceiros faleceu. 4 tribunais deram ganho de causa na questão herança. O projeto também propõe benefícios previdenciários, seguro saúde conjunto, declaração conjunta do imposto de renda, direito à permanência no Brasil no caso de estrangeiros que tenham como

parceiro cidadão ou cidadão brasileiro e renda conjunta para a compra de imóvel.

APOIO DECLARADO AO PROJETO

- Jorge Amado, Chico Buarque, Paulo Autran, Djavan, Caetano Veloso, Fafá de Belém, Eva Wilma, Marisa Monte.
- Michel Temer, Roberto Jefferson, Luiz Eduardo Magalhães, Inocêncio de Oliveira, Jair Meneguelli, José Carlos Aleluia, Rita Camata, José Sarney, Marilu Guimarães, Elias Murad, Ibrahim Abi-Ackel, Raul Belém, Paes Landim, Tuga Angerami, entre outros.
- Profª Dona Ruth Cardoso, José Celso de Mello Filho (futuro Presidente do Superior Tribunal Federal), Ricardo Brissola (Presidente da Anistia Internacional no Brasil), entre outros.

RELIGIÃO X PARLAMENTO

- Têm sido usados argumentos baseados em valores morais/religiosos para contestar o projeto de lei. Vale lembrar que no Brasil estamos regidos pela Constituição e pelas leis, moramos em uma democracia e não em um estado teocrático.
- O Cristianismo ensinado por Jesus Cristo sempre primou pela inclusão e não a exclusão social.

Na expectativa de contar com a boa vontade e bom senso dos Senhores Deputados, despedimo-nos

Atenciosamente

(a) TONI REIS
Presidente"

Senhor Presidente, Senhores Deputados, entendo, inclusive, as razões e os motivos que fazem o Deputado Takayama ser contra esse projeto, como entendo os motivos que alguns Padres do meu Partido

sejam contra a legalização do aborto. Entendo perfeitamente isso.

Agora, a Assembléia Legislativa do Paraná ter coragem de aprovar uma moção de repúdio ao projeto de lei federal, isso denigre a imagem da Assembléia, isso é uma questão simbólica, o mundo evolui por símbolos. Acho que os Deputados e o Senhor Jaime Lerner sabem que a hegemonia que ele conseguiu tem muito conteúdo simbólico, senão não teria feito o que ele fez. Não podemos ser o símbolo do atraso, mas sim o símbolo do progresso. Acho que se alguns Deputados são contra esse projeto, eles têm o direito de escrever um ofício ao Congresso Nacional e à Câmara dos Deputados e assinar embaixo, mas não submeter ao Plenário da Assembléia o voto de repúdio. Isso é que acho triste.

Temos que legislar e pensar a favor do progresso, da igualdade, da agilidade. Num momento em que este País passa por tragédias absurdas, de jovens adolescentes que, para se divertir, colocam fogo num índio que dormia em cima de um banco de praça, e que a polícia mata cidadãos indefesos e que há tanto sofrimento, tanta miséria! Vamos fazer uma moção de repúdio a um projeto de busca igualdade de direito, que não fere o direito de ninguém!

É muito diferente uma união civil de um casamento religioso, que é pautado por outros princípios, princípios circulares da religião e da moral. Não, o que se trata aqui é de direito de seres humanos que, exista ou não a lei, vão continuar vivendo da forma como vivem. Não é o fato de uma lei que vai acabar com o homossexualismo, sejamos a favor ou contra. Não é uma legislação impeditiva da união civil que vai acabar com o homossexualismo. Não, acho que esta lei é uma lei que

vem resgatar direitos e traz o avanço e a civilização para o nosso País, e portanto, temos que tirar esta página negra dos Anais da Assembléia, porque ela atua como símbolo...

Voto favoravelmente ao Requerimento do Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Encerrando, só por último, o autor do Requerimento. Dois já falaram favoravelmente, dois contrários.

Concedo a palavra ao Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Senhor

Presidente, o nosso nobre Péricles aborda a questão da evolução por símbolos. O que é símbolo? Entendo que o homem tem o seu organismo completamente diferenciado de uma mulher, basta um palmo abaixo de seu umbigo, ou um palmo acima. Entendemos que homem e mulher têm funções diferentes, e eles se completam. Quando vemos esta argumentação tão frágil, do nobre Companheiro Péricles e os demais que usaram a palavra, contrários ao meu pedido de moção contrária à união de casamento "gay".

Entendo exatamente, pela questão dos símbolos, hoje, o Projeto nº 1.151/95 de Marta Suplicy, dá contornos de casamento. O Companheiro Rosinha dizia que estou sendo retrógrado. Ora, Companheiros desta Casa, retrógrados são aqueles que começam a perder a noção, o equilíbrio do certo e do errado, que perdem a noção das funções do homem e da mulher. Acredito que não é preciso ser um especialista, um médico - como é o Doutor Rosinha - para entender que um homem e uma mulher são diferentes.

A partir do momento que pudermos permitir a união civil - e ele diz que a união civil não é

casamento. Ora, o que é um casamento? O casamento é uma união civil. Não sou contra duas pessoas quererem viver juntas, se o homem quer viver com um homem, companheiros Péricles e Rosinha, que vivam, o problema é deles. Agora, querer transformar isso numa união civil, por problemas de herança, ora, então vá num Cartório e passe em documento legalmente, não há necessidade de entrar no Projeto de Lei nº 1.151/95. Mas hoje não é preciso deste projeto, nobre companheiro, para duas pessoas viverem juntas e transferir os bens de um para o outro. É um contrato, não há necessidade, mas exatamente pela questão do símbolo, nobre companheiro, se aprovarmos este projeto, estamos dando contorno de legalidade à união entre pessoas do mesmo sexo.

Ora, os médicos aí sabem que, biologicamente, um homem é diferente de uma mulher. É uma questão de cabeça. É claro que é uma questão de cabeça, Senhor Presidente, mas se a cabeça do indivíduo está errada, não é por isso que vamos aceitar isso. Esse é o exemplo que alguns consideram bizarro. É um exemplo bizarro que o indivíduo tem na cabeça, dizendo que pode casar com um vaca, então ele vai casar com uma vaca! Vamos legalizar este projeto? Não! Ele que viva com a vaca. O problema é dele. Agora, é exatamente por essa evolução dos símbolos, Deputado Péricles, este projeto de lei está dando contornos de legalidade hoje.

Vossa Excelência citou países como os Estados Unidos. Já estão revendo a questão pelos prejuízos, e é sobre isto que quero falar. Estou falando aos companheiros pais de família, que têm filhos. Vocês já pensaram em dois homens casados? Biologicamente não vão poder ter filhos, porque é contrário à natureza. Meu Deus! Se

a própria natureza contraria, porque é que vamos querer aprovar? Aí, vem um filho adotado e vai dizer: "Mamãe"! Quem é mamãe ali? "Papai"! Quem é papai ali?

Quero aqui dizer que não me considero um retrógrado. Considero uma questão de vigilância dos valores que a nossa sociedade vem trazendo até agora, e quando começamos a derrubar, vamos ver seqüelas e conseqüências nas nossas gerações futuras e devemos ser guardiões sim, da nossa geração, para que amanhã, os nossos filhos não fiquem equivocados por algumas mentes equivocadas.

Quero dizer, Senhor Presidente, que a igualdade de direitos está para todas as famílias que não vão aceitar essa situação. Não é ser retrógrado aprovar essa moção contrária à aprovação do casamento "gay". Solicito mais uma vez aos companheiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Agradeço a sua participação.

Temos os dois últimos oradores inscritos, por deferência da Presidência: o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e Eduardo Trevisan.

Em seguida, encerra-se, com a palavra do autor do Requerimento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI -

Comentei na televisão, quando a "Folha de Londrina" publicou a foto do Deputado Takayama, e fez uma reportagem fantástica sobre esta temática, sobre esta polêmica, e eu disse na televisão, que é um direito do Deputado Takayama trazer as suas idéias e debater aquilo que é da sua consciência, como também é necessário explicar à imprensa como funciona o Plenário e o Regimento Interno.

Todo o mundo tem o direito de entrar com um Requerimento nesta Casa, e receber uma rubrica. Eu rubriquei o projeto. Isto não quer dizer que eu, rubricando o projeto, seja do Deputado Takayama, do Marquinhos Alves, seja do Romanelli, eu seja obrigado a votar no projeto. Naquele dia o projeto passou despercebido até do Líder do Partido dos Trabalhadores, passou despercebido da Bancada do Governo, do Líder da Bancada do PMDB, do Líder da Bancada do PFL e da Bancada do PTB. Eu não estava em Plenário, era final de sessão e todo mundo já estava correndo para a Comissão de Constituição e Justiça, outros se dirigindo para seus gabinetes. Passou.

Agora, vale a pena salientar, Senhores: isso não é uma briga da Assembléia Legislativa, não temos nada a ver com isso, com todo o respeito - como eu disse - que tenho pelo pai, pelo marido Takayama. Eu o respeito e não admito que se fale com falta de respeito com qualquer um dos Senhores Deputados. Eu defendo este Parlamento. Defendo e vou defender a vida inteira. Este é o melhor Parlamento do Brasil. Não tem Parlamento como este. Agora, ele tem suas ideias. Não discrimino.

Ontem, mataram uma lésbica na Capital. Está na "Tribuna do Paraná". Todo mundo: "Foi crime de amor". Foi assassinato, o marido mandou matar. Falei: "Quieta, vamos com calma".

Ontem, domingo, recebi um telefonema anônimo: vá à rua tal, número tal, no Bairro Santarém - não estou me lembrando, por favor, está anotado na minha sala de trabalho. Fui à residência, cheguei lá, era onde morava esta moça que foi assassinada no final de semana numa lanchonete. Cheguei lá, estava a esposa desta moça. A moça que morreu - não gosto desse

adjetivo "sapatão", não gosto destas coisas - era uma homossexual - problema dela - ela foi assassinada com um tiro na cabeça. Entrei na residência, estava a esposa desta homossexual, e nem por isso a recriminei. Quero saber quem matou, quero saber quem cometeu o assassinato.

Aí, falei: "Há quantos anos você mora com essa homossexual?"

"Há quatro anos, Deputado".

"Não foi o seu marido que matou?"

"Não, o meu marido está morto há mais de quatro anos, Deputado".

"E você tem uma filha?"

"Tenho, nós vivemos bem. tranquilamente, sossegados, não praticamos obscenidade nenhuma na frente da minha filha, levamos uma vida normal".

Não tenho preconceito nenhum, homem que quer casar com homem, nem lobisomem, para mim eu gosto de mulher. Agora, se o cabra gosta de homem, problema é dele, ele que se case. Se mulher gosta de mulher, que case. Agora, eu não gosto, acho que a mulher é a coisa mais linda, soberana, que Deus fez na terra. Olha para uma mulher, meu Deus! Ela pode ser negra, branca, ela tem a mesma cor do sangue e ela tem o direito - as duas - de reger a humanidade.

Nasci do ventre de uma mulher, fui amamentado no seio de uma mulher, que era a minha mãe. Eu amo a mulher!

Agora, se tem mulher que gosta de mulher, eu respeito. Se tem homem que gosta de homem, nem lobisomem, mas eu respeito. Se eu vir dois homens de mãos dadas, não vou agredi-los no meio da rua.

Agora, o projeto da Deputada Marta Suplicy é problema de Brasília, não é nosso! Temos que discutir os problemas do Paraná! O problema é de Brasília. A Deputada Marta Suplicy - eu a conheço, é minha amiga - considero essa mulher "uma cabeça fantástica" -

aquilo que o marido dela não tem, ela tem. Não gosto do Eduardo - é um direito que me assiste - que também andou aprovando os precatórios. Agora, a Deputada Marta Suplicy eu respeito. Agora, é um problema de Brasília, gente! É um problema de Brasília!

Às vezes fico aqui na Assembléia, vejo alguns Requerimentos: "Encaminhar para o Secretário da Educação para dar um livro na loja, na casa tal", "colocar quebra mola na rua tal", isso aqui é sempre, isso aqui é o Parlamento, isso aqui não é a Câmara Municipal! Não estou me referindo nada disso ao senhor, não, por favor! É outra coisa que vejo em alguns Requerimentos. O seu projeto é relacionado à Brasília, é outra coisa.

Então, acho que não precisamos ficar aqui discutindo, isso podia já ter passado despercebido. Eu e o Romanelli sentamos, ficamos reunidos horas e horas, discutindo o problema. O Deputado Romanelli não te agrediu em momento algum, Takayama, ele respeita as suas idéias. O Deputado Romanelli foi sereno, decente, homem. Você não conhece a amizade que tenho com o Deputado Romanelli, é um moço sério. Ele discutiu, analisou.

Agora, o projeto não diz que é para casar de véu e grinalda, entendeu? O projeto não diz que é para adotar ninguém. O projeto é apenas uma lei que nós nem sabemos, Deputado, se vai passar no Congresso, Deputado Pessuti, Deputado Tavares. Tudo que pinta de novo, vem pintar aqui, no nosso. Ah, não! O problema é lá, resolva lá. Eles que briguem lá, discutam lá. O Paraná nada tem a ver com isso.

Só quero deixar registrado, pelo que entendi do Deputado Takayama, que ele não discrimina ninguém, ele apenas é contrário ao projeto, é um direito que assiste a ele. Eu não discrimino ninguém,

se passar, tudo bem, mil maravilhas, cada um que seja feliz, homem com homem, mulher com mulher, lobisomem com lobisomem, vampira com vampira, cada um na sua, mas ainda acho que a mulher é a coisa mais linda, mais sublime que Deus colocou na face da terra.

Salve a mulher brasileira!

O SR. EDUARDO TREVISAN (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Senti-me compelido a participar deste debate para manifestar aqui a minha posição, e pedir aos companheiros uma posição que não leve esta Casa a ficar numa posição difícil, uma situação complicada perante a opinião pública paranaense e também brasileira.

O nosso voto não vai mudar em nada o relacionamento que temos com o Deputado Takayama, vamos continuar tendo pelo Deputado Takayama respeito, amizade, ainda que votemos à favor do Requerimento do Deputado Romanelli, que pede que seja retirado das notas taquigráficas o Requerimento do Deputado Takayama, que apresenta este voto de repúdio ao projeto da Deputada Marta Suplicy. O que precisamos entender é que o projeto da Deputada Marta Suplicy regulamenta um fenômeno social, na nossa sociedade já ocorre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, só que isso não é regulamentado pelo Direito, e o Direito é a ciência normativa do relacionamento humano, o Direito estendeu o seu manto protetor a todos os fenômenos sociais. Quando existe um costume social muito praticado, o Direito tem que estar presente regulamentando, normatizando, dando direitos e deveres a cada um destes participantes. O que não pode é o direito se omitir e ficar preso a preconceitos históricos e retrógrados, para não ter o seu

mento protetor estendido a todos os cidadãos que vivem numa sociedade. Precisamos entender o seguinte: pessoas que se unem e têm o mesmo sexo, têm direito à proteção do Direito, eles têm o direito a que este relacionamento seja orientado e resguardado também por esta ciência, que permite a convivência social, que é o nosso Direito.

O projeto da Deputada Marta Suplicy nada mais pretende do que normatizar esta união civil já tão praticada e tão conhecida de todos nós, que é a união entre pessoas do mesmo sexo. Por isso, peço aos nossos companheiros que, sabendo que esse voto nosso não vai mudar nada, o Deputado Takayama continua sendo um Deputado do nosso respeito, da nossa amizade, mas votemos à favor do Requerimento do Deputado Romanelli, para que esta Casa não seja submetida ao que eu chamaria de um vexame público, de apresentar um repúdio a um projeto tão oportuno, como é este da Deputada Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Encerrando o encaminhamento de votação, o autor do Requerimento, Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro, queria pontuar ao Deputado Takayama - por quem sempre tive o melhor do relacionamento - que não sou leviano, Deputado, só tomei esta posição em relação ao seu Requerimento, quando li nos jornais e ouvi nas rádios a forma jocosa que esta Casa de Leis estava sendo referida em todo o Paraná, pela posição que ela teve, na verdade redonda às trevas e ao obscurantismo. Na verdade, eu não tinha posição formada sobre esta matéria específica, em relação ao

projeto da Deputada Marta Suplicy, tinha visto, li alguma coisa, mas não tinha, na verdade, uma posição formada, e foi a partir de uma profunda discussão que tive com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que me convenci.

Li, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o projeto da Deputada Marta Suplicy - que, aliás, foi feito um substitutivo pela Comissão que avaliou o projeto, que é a Deputada Maria Elvira e o Deputado Roberto Jeferson que, como alguém disse aqui, não é nenhum primor em posições libertárias, ao contrário, é um homem conservador. Mas o que o projeto propõe? Não vamos discutir aqui as questões morais, vamos discutir as questões sociológicas e de direito. O projeto propõe direito à herança, sucessão, benefícios previdenciários, seguro saúde, declaração conjunta do imposto de renda, direito a nacionalidade e renda conjunta, comprovação de renda conjunta quando da compra de um imóvel, que é, na verdade, uma questão fundamental, que deveria ser estendida a outras situações de pessoas que não têm nenhum relacionamento.

O que o projeto não propõe: não propõe o projeto da Deputada Marta Suplicy, dá status de casamento ao Contrato de Parceria Civil Registrada. É aquilo que disse o Deputado Alborghetti: "ninguém que for juridicamente parceiro em registro civil, poderá dizer que é casado, vive em matrimônio". Não é isso que propõe o projeto. Usar o sobrenome do outro, não vai ter o nome do parceiro, mudar o estado civil durante o vigência do contrato, constituir família.

O projeto prevê que não se constitui família, Senhor Presidente, proíbe, na verdade, a adoção, a tutela ou guarda de crianças ou adolescentes em

conjunto, mesmo que sejam filhos de um dos parceiros. Então, Senhor Presidente, na verdade, como é que funciona o projeto, ou o registro? Pessoas do mesmo sexo, solteiras, viúvas ou divorciadas, registram um Contrato de Parceria Civil em cartório, o Contrato deve tratar sobre patrimônio, deveres, impedimentos e obrigações mútuas; o Contrato se desfaz por desistência das partes, por morte de um dos contratantes ou mediante decretação judicial. O Contrato não pode ser assinado com mais de uma pessoa, simultaneamente, e os contratantes não podem casar durante a vigência do mesmo.

O meu Requerimento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é única e exclusivamente, não de dar apoio ao Projeto da Deputada Marta Suplicy - não é disso que se trata o Requerimento que estou apresentando - o Requerimento visa única e exclusivamente retirar da Ata dos Trabalhos deste Legislativo a moção de repúdio que foi aprovada - e vamos reconhecer, num cochilo desta - sem que esta matéria fosse discutida, e não é posição minha ter moção e repúdio a este projeto.

Eu, como cidadão, vou apoiar este projeto, mas não é esta a questão que estou discutindo aqui hoje, o que quero, única e exclusivamente, é retirar da Ata dos Trabalhos a moção de repúdio, até porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados - para concluir - falta base regimental para que essa moção de repúdio conste da Ata dos Trabalhos. O nosso Regimento Interno não prevê essa moção de repúdio, especialmente nos termos que ela foi proferida. Por isso peço o apoio de todos os Senhores Deputados, essa matéria foi discutida e tem que ser tratada do ponto de vista sociológico e de direitos, direitos à cidadania, direitos do cidadão, conforme prevê o artigo 5º

da nossa Constituição da República.

Por isso que peço o apoio, como uma forma dessa Assembléia se manter, na verdade, na modernidade. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Encerrado o processo e encaminhamento de votação.

É com satisfação que esta Mesa anuncia em nosso meio a presença do ilustre cidadão Daindo Quintana, pai do nosso colega, amigo, Deputado Caíto Quintana.

Concedo a palavra, por um minuto, ao nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, agradeço a deferência de Vossa Excelência, e com o final do posicionamento do Deputado Romanelli, acho que tornou clara a nossa posição, ficaria até desnecessário usar a palavra.

Queria registrar apenas que também fiquei profundamente consternado ao ver a forma como a imprensa sentiu o Requerimento votado aqui, mas queria especialmente dizer ao Deputado Takayama da forma como o Deputado Romanelli colocou. Não se trata aqui de ser a favor ou contra ou de votar a favor ou contra. Está se votando apenas, Senhores Deputados, retirar dos Anais da Casa um voto de repúdio a um projeto que não é da nossa competência votar.

Portanto, por que vamos entrar numa discussão que não nos cabe votar, não alteraremos o resultado da votação, e vamos apenas expor a Assembléia.

Os pensamentos são os mais variados, mas a Assembléia Legislativa do Paraná não pode ser retrógrada ao ponto de passar um atestado ao Brasil de um voto de repúdio a um projeto que será votado apenas na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Em votação o Requerimento do
Deputado Luiz Claudio Romanelli.
Aprovado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Solicito
a recontagem de votos, Senhor
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Faremos a recontagem da
votação do Requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro
chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Chamada nominal requerida
pelo Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Declino,
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Declinado, convido o ilustre
1º Secretário, Deputado Antonio
Annibelli a efetuar a contagem do
número de votos.

Senhores Deputados que votam
contra o Requerimento, queiram
levantar-se.

Dez (10) Senhores Deputados
votam contrário ao Requerimento.

Senhores Deputados que votam
favoravelmente ao Requerimento,
queiram levantar-se.

Dezesseis (16) Senhores
Deputados aprovam o Requerimento.

Requerimento aprovado.

Não havendo quorum para a
aprovação do Requerimento...

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela
Ordem) - Senhor Presidente, há
quorum sim, porque Vossa
Excelência e o 2º Secretário não
votaram, e tem vinte e oito (28)
Senhores Deputados presentes.
Então, tem quorum,

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- O Deputado Orlando Pessuti
requer novamente chamada nominal
dos Senhores Deputados.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Não, tem
vinte e oito (28) Senhores
Deputados, Senhor Presidente. Tem
vinte e oito (28) Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- O Senhor 1º Secretário fará
a contagem dos Senhores.

Chegando o Deputado Duílio
Genari neste instante.

A contagem dos Senhores
Deputados será feita pelo 1º
Secretário, Antonio Martins
Annibelli.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Antonio
Annibelli) - O 1º Secretário
não fala, mas Vossa Excelência
determinou que fosse feita a
contagem dos Deputados que
tomassem seus assentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Há mais de vinte e oito (28)
Senhores Deputados na Casa.

Perfeitamente registrado o
Requerimento e aprovado. Dezesseis
(16) votos favoráveis. Dez (10)
contrários ao Requerimento. Três
(03) abstenções, que não votaram.

Conseqüentemente, **aprovado o
Requerimento.**

Nada mais havendo a tratar,
declaro encerrada a presente
sessão, marcando outra para
quarta-feira, dia 23, à hora
regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei
nºs 585/96 e 016/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei
nºs 555 e 561/96, 029 e 041/97.

Marco ainda uma Sessão
Extraordinária, às 16:00 horas,
pela Associação dos Professores do
Paraná.

Levanta-se a sessão.

Ata da Diretoria Geral:

aprovado pela Lei nº 11.652 de 27 de dezembro de 1996 nas rubricas abaixo:

PORTARIA Nº 58/97

Cancelar	33903400	10.000,00
Suplementar	33903300	10.000,00

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 10 da Lei 11.652/96, de 27 de dezembro de 1996.

Gabinete da Diretoria Geral,
15 de abril de 1997

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

R E S O L V E:

Ajustar o Orçamento da Assembléia do Estado do Paraná,

Visto:

Deputado LUIZ CARLOS MARTINS
Primeiro Secretário